



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

TATIANA CYBELLE ROCHA NERI

**ASSENTAMENTO RECANTO DA ESPERANÇA: MEMÓRIAS QUE COMPÕEM  
A SUA HISTÓRIA.**

MOSSORÓ

2020

TATIANA CYBELLE ROCHA NERI

**ASSENTAMENTO RECANTO DA ESPERANÇA: MEMÓRIAS QUE COMPÕEM  
A SUA HISTÓRIA.**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Janaiky Pereira de Almeida.

MOSSORÓ

2020

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas  
da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

445a NERI, Tatiana Cybelle Rocha. Assentamento Recanto da Esperança: Memórias que Compõem a sua História. / Tatiana Cybelle Rocha Neri. - 2020.  
43 f. : il.

Orientadora: Janaiky Pereira de Almeida.  
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo, 2020.

1. Memórias. 2. Reforma Agrária. 3. Povos do Campo. 4. Assentamento. I. Almeida, Janaiky Pereira de, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

TATIANA CYBELLE ROCHA NERI

**ASSENTAMENTO RECANTO DA ESPERANÇA: MEMÓRIAS QUE COMPÕEM  
SUA HISTÓRIA.**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências Humanas e Sociais.

Defendida em: 06 /02 / 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora Prof.<sup>a</sup>. Dra. Janaiky Pereira de Almeida (UFERSA)  
Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Núzia Roberta Lima (UFERSA)  
Membro Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria da Conceição Fernandes de França (UNP)  
Membro Examinadora

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força para chegar a reta final de concluir minha graduação e minha pesquisa.

Agradeço aos meus Pais Manoel Marrocos Neri e Maria Lúcia da Rocha Neri, por ter vivenciado minha luta até aqui em realizar o meu sonho de ser professora e lutar pelos povos do campo por uma educação igualitária para todos.

Agradeço ao meu companheiro Luciéllo Silvino de Moura, que segurou na minha mão e me apoiou para nunca fraquejar nessa longa caminhada em que estive engajada a realizá-la, sabendo ele que era mais uma batalha que teria que ganhar e conquistar.

Agradeço aos meus amores incondicionais, Ingrid Rocha Lopes (filha), Caio Vinicius Rocha Menezes (filho), Ricardo Guedes Menezes Filho (filho), Felipe Marrocos N. Neto (irmão), a Maria Julia Lopes (neta) e Maria Emanuely Marrocos (sobrinha), minha dedicação, perseverança e força vem de vocês, e sendo privilegiada de tamanho presente que são eles/elas tenho a responsabilidade de ser uma referência de luta, força e determinação para eles poderem ter orgulho dessa mulher, mãe, avó, tia, irmã e amiga para com todos.

Agradeço aos meus Avós Paternos Felipe Marrocos e Raimunda Marrocos, e tias Graça Marrocos e Fátima Marrocos (In Memoriam), por todo o meu amor e gratidão. Sei que se estivesse entre nós seria uma alegria muito grande presenciar este grande momento em minha vida, sei o quanto me amavam e acreditavam na minha vitória.

Agradeço a minha orientadora Janaiky Almeida que acreditou em mim e segurou na minha mão todo esse tempo e não me deixou desistir, uma mulher que tenho como referência, de um dia ser uma professora como você, quando eu crescer.

Agradeço a Banca Examinadora por ter aceitado o convite e por estar compartilhando este tão sonhado momento que estou preste a conquistar, sou privilegiada por ter grandes mulheres ao meu lado neste momento, obrigada a professora Núzia Roberta e Maria da Conceição (Naide) por ter contribuído para meu crescimento enquanto aluna e graduada no curso de licenciatura em Educação do Campo.

Agradeço aos meus amigos que na graduação conquistei, e aqueles que se perderam no caminho também contribuíram em algo na minha vida, quando me encontrava perdida encontrei amigas e companheiras de curso que jamais poderia imaginar em tê-las, sendo elas: Janaina Nascimento, Renata Rocha, Ana Paula Pereira, Julimaria freire, Paula Monielly, Tatiana Costa, Alexandra Gondim, Luzinete Costa, e foram muito importantes nesse termino de graduação, nossas conversas, conselhos, choros, sempre e quando precisava estavam ali ajudando e confortando minhas angustias, segurando na mão e acreditando que íamos sair dessa. Muita

lagrima, muitas risadas e muito amor envolvido nestas amizades, obrigada meninas, eu sobrevivi!

Agradeço a oportunidade ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, na Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFERSA, aos professores do curso que também foram importantes e que me fizeram desconstruir todo o descenso e retribuir a uma melhor autonomia enquanto sujeito e mulher, o meu muito obrigado!

## **RESUMO**

Falar da história de um assentamento nos remete a entender o que é o projeto de reforma agrária, como são organizados os movimentos sociais do campo e a relação que os povos do campo têm com a luta e o conflito pelo acesso à terra. O objetivo da pesquisa que gerou a elaboração deste trabalho foi conhecer a história de luta e conflito de terras da Fazenda São João, através das memórias e narrativas dos protagonistas inseridos neste processo de luta que resultou no Projeto de Assentamento Recanto da Esperança-RN. Para alcançar tal objetivo foram entrevistados (05) cinco sujeitos, (02) dois homens e (03) três mulheres, ex-funcionários da Fazenda São João, líder comunitário e mulheres da comunidade, que atuaram no período deste conflito, bem como representantes dos interesses da comunidade naquele momento. A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa e contou como referencial teórico, dentre outros autores com Borges (2011), Varnhagem (1948) e Coelho (2016). As narrativas dos entrevistados trazem momentos de luta, lágrimas, medo, angústia, alegria, violência e ameaças de morte, num resgate de suas memórias, trazendo à tona as experiências que vivenciaram até conquistar a vitória de instituição do Assentamento garantindo seu lugar de pertencimento e a uma melhor qualidade de vida, com melhores perspectivas, tanto econômica, quanto social para os moradores do Assentamento.

**Palavras-chave:** Memórias; Reforma Agrária; Povos do Campo; Assentamento.

## **ABSTRATC**

Talking about the history of a settlement leads us to understand what the agrarian reform project is like, how rural social movements are organized and the relationship that rural peoples have in relation to the struggle and conflict for access to land. The objective of the research that generated the elaboration of this work was to know the history of struggle and conflict of lands of Fazenda São João, through the memories and narratives of the protagonists inserted in this process of struggle that resulted in the Recanto da Esperança-RN Settlement Project. To achieve this goal, five subjects were interviewed (05), two men and (03) three women, former employees of Fazenda São João, community leader and women of the community, who worked during the period of this conflict, as well as representatives of community interests at that time. The research developed is of a qualitative nature and counted as a theoretical reference, among other authors, For MINAYO (2001, p.22), “qualitative research answers very particular questions. It is concerned, in the social sciences, with a level of reality that cannot be quantified. The interviewees' narratives bring moments of struggle, tears, fear, anguish, joy, violence and death threats, in a rescue of their memories, bringing to the fore the experiences they had until achieving the victory of the settlement institution guaranteeing their place of belonging and to a better quality of life, with better prospects, both economically and socially for the residents of the Settlement.

**Keywords:** Memoirs; Land reform; Countryside People; Settlement

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MST** – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra

**SNCR** – Sistema Nacional de Cadastro Rural

**UFERSA** – Universidade Federal Rural do Semiárido

**UNP** - Universidade Potiguar

## SUMÁRIO

|                                                                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                   | <b>11</b> |
| <b>Capítulo I- Desigualdade na formação social brasileira e a concentração de terras...</b>               | <b>14</b> |
| 1.1 - Capitâneas hereditárias e as ocupações de terras brasileiras .....                                  | 14        |
| 1.2 - Concentração de terras no Brasil. Desigualdades sociais a luta pelo acesso à terra ...              | 17        |
| <b>Capítulo II- Lutas pela terra no Brasil e a constituição do Assentamento Recanto da Esperança.....</b> | <b>21</b> |
| 2.1 - Os sujeitos da Pesquisa e suas Participações nas Lutas Sociais .....                                | 22        |
| 2.2 - A História da Antiga Fazenda São João antes de se Construir em Assentamento .....                   | 27        |
| 2.3 - Da Fazenda São João a um Projeto de Assentamento .....                                              | 29        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                         | <b>38</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                  | <b>39</b> |
| <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>                                                           | <b>41</b> |

## INTRODUÇÃO

A Pesquisa se deu no Assentamento Recanto da Esperança, no município de Mossoró-RN, que fica a 30 km da cidade. A localização tem como ponto de referência a antiga fazenda São João, que pertenceu à família de grande oligarquia no Rio Grande do Norte, tendo como um dos seus ex-proprietários o então Deputado federal José Agripino Maia.

O interesse em pesquisar a respeito deste tema partiu da curiosidade de conhecer a história do lugar e como foi a luta das famílias que aqui moram, pois são ex-funcionários e até onde tínhamos conhecimento as lutas por acesso à terra eram protagonizadas mais diretamente por Movimentos sociais organizados como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST.

Há 13(treze) anos que sou moradora da comunidade e procurei registros sobre o Assentamento Recanto da Esperança e, não encontrando as respostas para minhas perguntas, senti a necessidade de realizar esta pesquisa e poder assim entender como foi esse processo de luta pela fazenda e o porquê do abandono dessas terras tão produtivas pelos seus antigos proprietários.

O Assentamento Recanto da Esperança foi palco de disputa que se configurou como um território de produto da luta de classes, que teve como agentes sociais os ex-funcionários/agricultores da fazenda e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que diante da disputa, protagonizou em seu contexto a luta e conflito territorial que originou ao Assentamento Recanto da Esperança.

A pesquisa tem a frente a necessidade de resgatar as memórias desse conflito, e compreender as contradições existentes nesse território agrário e as relações dos sujeitos inseridos nesse processo de luta, entre os ex-funcionários e o Movimento de Trabalhadores Sem Terra. Assim conhecer a origem da história na Fazenda São João - RN, e o porquê do abandono da mesma e identificar quais sujeitos foram importantes no processo de disputa pela terra, em suas narrativas de memórias é importante para todos/as os moradores do Assentamento muitos dos quais desconhecem esta história

A realização da pesquisa teve como objetivos específicos explicitar os aspectos que deferiram o conflito ou levante popular ocorrido na área que hoje se nomeia como projeto de Assentamento Recanto da Esperança e contextualizar como esses conflitos pela terra resultaram na Reforma Agrária na cidade de Mossoró-RN.

De acordo com Loiva Félix (1998,p.71) explicita que *“pesquisar história é sempre uma necessidade de produção... de um conhecimento histórico resultantes de diferentes percepções do real”*, e acrescenta que para a elaboração deste deve -se ter: originalidade, relevância, viabilidade e interesses.

Também justifico a convivência e viabilidade como o objeto estudado, pela aproximação e facilidade as fontes orais, narrativas e pelo interesse de entender os conflitos vividos pelos sujeitos que desbravaram esta luta pelo Assentamento Recanto da Esperança.

A necessidade de compreensão teórica do que se refere a identidade dos sujeitos em suas memórias e conflitos traz à luz sobre um tema pouco tratado quando se fala sobre a história das minorias sociais, muitas vezes excluídas ou vistas à margem da sociedade. Registrar relatos dos moradores sobre a luta pela terra, como ela marcou a vida desses sujeitos, e como a comunidade representa a desmistificação de certos preconceitos, tabus da organização social é um legado histórico.

Esta pesquisa mostra-se relevante para os que estiveram inseridos direta e indiretamente nesta luta pela terra da Fazenda São João. Para conhecer tais memórias realizei entrevistas com cinco sujeitos, entre eles dois (02) homens e três (03) mulheres, sendo eles ex-funcionários, líder comunitários e moradores da comunidade que estavam na linha de frente desse enfrentamento de luta pela terra da Fazenda São João.

A nossa pesquisa é em um espaço rural, localizado na comunidade de Alagoinha, município da cidade de Mossoró/RN. A geração dos dados qualitativos da pesquisa foi produzida por meio de entrevista semiestruturada, uma vez que essa favorece a investigação que busca compreender a subjetividade dos sujeitos pesquisados, bem como as experiências individuais e as particularidades da visão de mundo dos assentados.

A nossa pesquisa buscou valorizar os sujeitos que trabalharam coletivamente, atuando na construção de sua própria identidade, bem como na construção de uma identidade coletiva, chamada Antiga fazenda São João em Alagoinha no município de Mossoró/RN.

Esta pesquisa foi realizada em maio de 2019, as entrevistas foram realizadas individual com cada sujeito em seus locais de moradia, com o auxílio de um gravador para registrar em áudio todas as respostas às quais foram transcritas posteriormente.

A escolha dos entrevistados se deu a partir da história de luta e por terem estado a frente do conflito e luta da terra, entre proprietários, arrendatários e MST. A pesquisa foi bem aceita pelos entrevistados e o fato de poderem responderem em suas residências deixou-os mais à vontade. No transcorrer da entrevista alguns se emocionaram e ficaram com olhos lacrimejando lembrando com emoção suas memórias.

Este trabalho está ordenado em dois capítulos. No primeiro capítulo irei abordar o assunto sobre a desigualdade na formação social brasileira e a concentração de terras, um resgate no processo de colonização no Brasil, e dentro deste capítulo temos dois sub tópicos, um resgate histórico no processo de luta e conflito dentro do território brasileiro.

No segundo Capítulo dando continuidade ao resgate ao processo histórico de luta pela terra no Brasil, apresentamos a particularidade desta luta na Fazenda São João e discutiremos

sobre a constituição do Assentamento Recanto da Esperança. Dentro deste capítulo haverá 03 (três) sub tópicos, onde descrevemos os sujeitos da pesquisa e suas participações nas lutas sociais; a história da fazenda São João antes de se constituir em assentamento; e da Fazenda a um Projeto de Assentamento.

## **CAPÍTULO 1 - Desigualdades na formação social brasileira e a concentração de terras.**

Neste capítulo irei fazer uma breve retrospectiva sobre o processo de colonização do Brasil para entender a história de desigualdade de acesso a terra, os povos expropriados e como esta formação histórica tem repercussões até a atualidade.

### **1.1 – Capitâneas hereditárias e as ocupações de terras brasileiras**

A formação do território brasileiro se deu com o processo de expansão iniciado pelos europeus, precisamente pelos portugueses. A ocupação e início da colonização dos países da América Latina se deu no século XVI, em 1500. Neste período essas terras já eram habitadas por diversos povos indígenas.

[...]. As colônias portuguesas, mantidas e exploradas por iniciativa particular, eram de dois tipos: hereditárias, quando doadas para todo o sempre para o donatário e seus herdeiros; e temporária, quando doadas por uma ou mais vidas, findas as quais eram revertidas à posse da coroa. Sob ambas as formas, a coroa não abria mão totalmente de seus direitos, mantendo sobre as mesmas o seu protetorado, mais ou menos absoluto, conforme as circunstâncias que ditaram as suas concessões. (BORGES, 2011, p.260).

Em 1534 D. João III o rei, percebeu que se ele não concretizasse a colonização portuguesa no Brasil, o território sofreria o risco de ser ocupada por outras nações, à ocupação seria pelos nobres da coroa portuguesa.

[...] com relação ao Brasil, a Coroa empregou o tipo hereditário como a fórmula capaz de atrair a atenção e a cobiça das pessoas de fortuna em condições de enfrentarem a arriscada empresa de sua colonização. Assim mesmo, alguns donatários não vieram para cá, e outros, malsucedidos nas primeiras tentativas, desistiram de empreendimento tão temerário e de resultados tão duvidosos. (BORGES, 2011, p.260).

O fato é que o território brasileiro passou a ser visto e cobiçado pelos europeus como sendo fonte de grande valor comercial e riquezas jamais exploradas, o que explica o objetivo da coroa portuguesa de colonizar o território e o desenvolvimento de todo o processo de ocupação.

[...]. Os poderes e privilégios concedidos aos donatários, no entanto, tinham um limite: os interesses do poder absoluto da Coroa portuguesa a que estavam submetidos os donatários e a que deveriam prestar contas de seus atos. Poder absoluto que se exerceu desde os primeiros dias da colonização, inicialmente restringindo os direitos e privilégios outorgados aos donatários, originalmente expressos nas cartas de doação e nos forais, e depois revogando-os completamente e passando as capitâneas para a posse e administração diretas da coroa. (BORGES, 2011, p.261).

As capitanias hereditárias tinham como objetivo produzir e ocupar as terras e sua produção econômica foi sendo estimuladas por meio da extração a princípio de matéria prima como a madeira, algumas especiarias e posteriormente os minérios.

A Igreja católica teve um papel importante no processo de colonização, por meio de catequização dos povos originários, o que fez com que a mesma também fosse beneficiada com a doação de extensas expansões de terras.

[...] O donatário e seus sucessores darão sesmarias de todas as terras da capitania a qualquer pessoa, contando que seja católica, livre de foro e direitos, salvo o dízimo de Deus, de acordo com as Ordenações, não podendo tomá-las para si, sua mulher ou filho herdeiro. 2. De todas as pedrarias, pérolas, aljófar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo e outro qualquer metal que existir na capitania, será cobrado o quinto, do qual o donatário terá a dízima. (VARNHAGEN, 1948, pp. 54-58).

Há, portanto, todo um ordenamento na administração das terras em uma troca de favores e privilégios entre a Coroa e a Igreja.

[...] O rei não se limitou, apenas, a transferir ao donatário alguns de seus direitos e privilégios; foi mais longe ao suspender a ação de vários artigos importantes das próprias Ordenações, como bem assinala o historiador Varnhagen. Por exemplo: o direito outorgado ao donatário de intervir nas eleições das Câmaras, confirmar ou não os eleitos; a alçada nas causas cíveis e criminais, sem apelação nem agravo etc. (VARNHAGEN, 1948, p. 180).

Dando continuidade ao relatório histórico sobre o ordenamento das terras no Brasil, vêm então as sesmarias. Andrade (1979) aborda que elas eram terras distribuídas dentro de cada capitania hereditária, para também melhor ser administrada pela coroa Portuguesa, e onde os seus donatários e familiares poderiam trabalhar.

Esses mesmos donatários atribuíam a esses homens livres que buscava suas próprias terras aqui no Brasil e assim trabalhar e sua forma de pagamento a coroa era por meio da exploração e trabalho em território brasileiro. “As sesmarias garantiram, desde o primeiro século de colonização, o monopólio da terra aos primeiros colonizadores e seus descendentes” (ANDRADE, 1979, p. 20).

Há então uma diferença entre, as sesmarias e as capitanias hereditárias, pois as primeiras eram pequenas porções de terras comparada com o grande território que eram as capitanias hereditárias. As sesmarias eram compostas dentro de cada capitania assim doada, subdividida para também ser melhor administrada pelos seus donatários e assim aumentaria a mão de obra revertida

em trabalho e lucros para a coroa portuguesa. O donatário obedece ao rei de Portugal, já os sesmeiros obedeciam e trabalhava nas terras dos donatários.

Particular atenção, para o nosso estudo, merecem os itens 9 e 10 da carta de doação e do foral da capitania, respectivamente, pelos quais o donatário e seus sucessores foram investidos do poder de dar sesmarias a qualquer pessoa, poder esse largar e liberalmente exercido por todos eles. Aí reside, principalmente, a origem da propriedade privada da terra em Pernambuco. (VARNHAGEN, 1948, p. 268).

A desigualdade continuou prevalecendo, mudando apenas de figura, agora não é mais o rei que faz a doação de terras para colonizar, os donatários poderiam doar pequenas porções de terras para os sesmeiros para também dá continuidade a sua própria produção.

Se fizermos um comparativo histórico hoje, o rei seria o governo, os donatários seria os grandes latifundiários e os sesmeiros seriam os arrendatários e a grande massa trabalhadora seria os escravos, e índios, em busca de riquezas que o nosso Brasil tem. Também podemos explicar que os donatários tinham a missão de administrar o território, colonizar e também explorar nossos recursos naturais.

Há uma série de questionamentos que poderíamos explorar através da desigualdade social e o preconceito que a coroa portuguesa junto com a Igreja católica teria com os primeiros habitantes do nosso país e a vasta exploração de mão de obra e riquezas que tínhamos e temos até os dias atuais.

A formação da estrutura fundiária no Brasil, também não pode ser compreendida só com esses elementos da colonização, ela tem outros apontamentos importantes diante desse processo de distribuição de terras que se perpetuaram e mantiveram a desigualdade territorial. Tudo leva a crer que a forma legal de apropriação da terra aqui no Brasil no período do século XIX foi legitimada pela Lei de Terras de 1850. De 1822, o ano de suspensão das sesmarias, até chegar o ano de 1850 com a publicação da lei de terras, não havia legislação para apropriar a regulação territorial no Brasil. Percebam que foi a única e legítima via de acesso a apropriação das terras públicas para pequenos, mas o principal acesso seria os grandes proprietários.

De acordo com Costa (1850, p, 6.) “A Lei de Terras surge num momento em que se fez necessário legalizar a posse da terra, pois o país havia herdado do período colonial uma situação extremamente confusa sobre esta questão”.

No entanto, há um discurso político por traz dessa distribuição de terras em benefício do próprio governo em realizar uma ordem territorial baseada na concepção política e favorecimento daqueles que têm mais poder aquisitivo maior que a grande massa trabalhadora. A lei estabelecida que qualquer pessoa pudesse comprar terras, mas objetivamente a maior parte das populações herdaria de uma sociedade escravocrata e de exploração não tinha renda suficiente para tal.

## 1.2 – Concentração de terras no Brasil, desigualdades sociais e a lutas pelo acesso à terra.

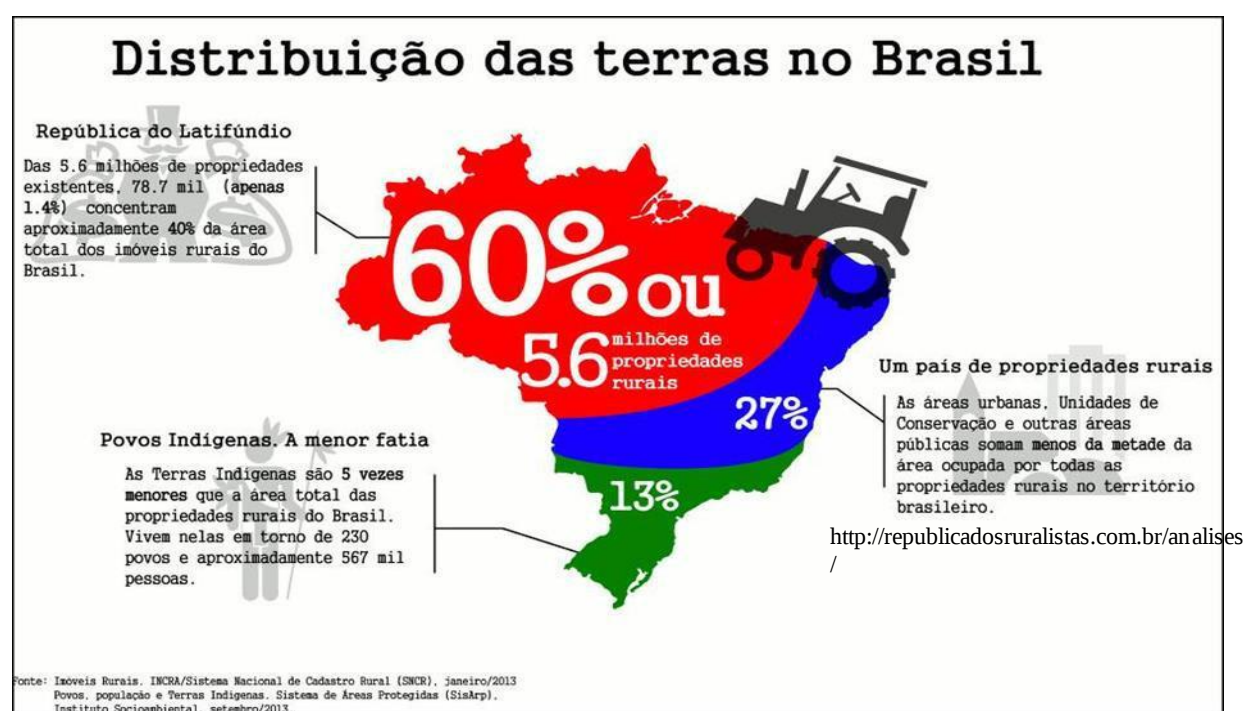
Neste tópico continuarei a descrever de maneira breve, a continuação do processo de concentração de terras e como esta gera desigualdade social em todo o território brasileiro.

A nossa estrutura fundiária é altamente concentrada e encontra-se ligada a uma questão estrutural que vem desde a época das capitanias hereditárias e depois da concessão de pequenos lotes de sesmarias a proprietários. A partir daí a propriedade começa a se concentrar; nesse contexto irá se desenvolver grandes latifúndios e isso traz consequências negativas em todos os campos da sociabilidade na sociedade brasileira.

Conforme o ESTATUTO DA TERRA, criado em 1964 “o estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha”. A aplicação das leis é necessária para que um país seja reconhecido internacionalmente e tenha credibilidade em suas instituições. O estatuto por muitas vezes não é praticado, tendo em vista que vimos muitas famílias camponesas lutando por seu pedaço de chão.

Existe uma estrutura agrária que corresponde ao acesso à terra, a forma de como essa terra é explorada, partindo da relação entre proprietário e trabalhadores agrícolas não proprietários, ou seja, pequenos agricultores. E a estrutura fundiária é a forma de acesso à propriedade e noção de distribuição dessa terra. Como podemos perceber essa distribuição no Brasil é feita verticalmente e de forma desigual.

Apresento abaixo um mapa sobre a distribuição de terras no território brasileiro e sua desigualdade fundiária.



Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do INCRA, com dados de setembro de 2013 o Brasil possui 5.6 milhões de imóveis rurais ocupados pelo latifúndio. Esses imóveis ocupam 60% da área total do Brasil ou 509.305.736 hectares.

Existe uma desigual distribuição da terra em nosso país, ou seja, há um enorme número de pequenos proprietários de um lado e, de outro, um número reduzido de donos de grandes propriedades rurais: 40% das áreas estão concentradas em apenas 1.4% dos imóveis rurais existentes.

Vale entender que devido o difícil acesso e desigualdade social em torno de nossas terras o êxodo rural está no topo das mais variadas dificuldades, quando um pequeno produtor é expulso de suas terras, seja forçado pelo grande poder que os grandes latifundiários têm, ou pelas máquinas tecnológicas empregada no campo Brasileiro.

Temos que observar que esse processo de êxodo rural só ocorre quando os trabalhadores também são obrigados a procurar trabalhos nas cidades, assim chegando a habitar favelas e outros postos de mão de obra barata.

[...]. Essa contradição expressa no espaço-tempo brasileiro uma série de conflitos resultantes do movimento real de uma sociedade no contexto da sociedade de classes de uma nação que possui uma burguesia de caráter escravocrata e que na prática chega a negar os próprios ditames liberais, entre eles a reforma agrária. Tal negação tem se dado no território brasileiro por meio de ações que constituíram histórias escritas a ferro, sangue e fogo, impressos no corpo e na memória dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores de origem afrodescendente e indígena, os quais representam cinco séculos de resistência. (CASTRO, 2018, p,51).

A questão agrária no Brasil chega com muitos debates por ser um assunto considerado polêmico; há uma naturalização da desigualdade e uma defesa abstrata da propriedade privada, com um viés legalista sem reconhecer a expropriação de terras dos povos originários, bem como a violência e a negação de direitos gerados pela escravização dos povos negros.

No Brasil há grandes extensões de terras que continuam improdutivas, enquanto isso milhares de agricultores e suas famílias precisam de um espaço para se viver e morar. Até a atualidade não houve no Brasil nenhum processo de redistribuição de terras que compensasse a desigualdade fundiária desde o processo de colonização. Ainda há inúmeros desafios para implementação de uma reforma agrária popular. Veja que há uma relação direta entre a concentração de terra, de riquezas e de poder, e as expressões de pobreza, desigualdades e violências.

A reforma agrária seria uma mudança na estrutura latifundiária nas propriedades das terras, bem como de reconhecimento de direitos da população tradicionais sejam elas ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas e camponeses. Após o período da Ditadura civil-militar e a Constituição de 1988, a década de 1990 foi expressiva na regulação de Assentamentos. Para Coelho, (2016), o Governo do FHC teve um papel relevante para a questão agrária voltada para aqueles que moram no campo, como também uma abertura de debates com os movimentos sociais e o governo, voltado para a desigualdade social para aqueles que moram no campo e para o campo. No entanto é importante ressaltar que esta década também foi a que houve os dois maiores massacres a integrante de Assentamentos.

[...]. Embora o tema reforma agrária estivesse nos programas políticos de FHC (eleições de 1994 e de 1998), a reforma agrária, em seus dois governos, não foi tratada como prioridade e nem esteve inserida dentro de uma política de desenvolvimento nacional. Devido às ações dos movimentos sociais do campo e de alguns acontecimentos como a ‘Marcha Nacional do MST’, em 1997, os massacres de ‘Corumbiara’, em Rondônia, em 1995, e o de ‘Eldorado dos Carajás’, no Pará, em 1996, a reforma agrária teve que, no mínimo, entrar em algumas pautas do governo. (COELHO, 2016, p, 179)

Apesar de uma abertura de diálogos dos movimentos sociais a defender os direitos daqueles pequenos agricultores que buscam e lutam por suas terras e por uma política igualitária, há aqueles que usam de seu poder para amedrontar os mais desfavorecidos.

A luta por igualdade social fez com que alguns líderes fossem perseguidos e vítimas de violência por parte do próprio governo ou pelos grandes latifundiários. “Ao dar ênfase aos programas apresentados, o governo FHC criou mecanismos legais para inserir a reforma agrária na perspectiva mercadológica e, em especial, tirar de cena os movimentos sociais do campo como interlocutores e protagonistas do processo”. (COELHO, 2016. P, 185)

Todo esse processo de abertura de diálogos com os movimentos sociais, a busca em distribuir as terras para os pequenos agricultores eram estratégias que o governo tentava articular para tirar de foco as cobranças e a não divulgação de programas que estavam sendo mais rigorosos do que o previsto, criando barreiras para o acesso a terra. Por isso o aceleramento para aprovar esses programas e nas entrelinhas desses processos os movimentos sociais não precisava mais se envolver ou lutar por terra, já que o governo se adiantava na aprovação desta distribuição.

[...]. Os movimentos sociais do campo tiveram muitas conquistas, em especial, a partir da década de 1970. Mas, no jogo político, suas ações e projetos entraram sempre em confronto com as elites agrárias e governantes ligados a elas. A concentração de terras permaneceu intocada e, quando muito, questionada em relação ao cumprimento das suas funções sociais. (COELHO, 2016, p.190)

A grande questão de mudança no campo brasileiro acontece quando os movimentos sociais percebem que toda essa mudança de apoio do governo ao processo de reforma agrária foi uma questão política e uma forma de tentar prender e calar os povos do campo e as lutas por suas terras de direito. A luta continua, não iremos cessar, iremos à luta com toda a força e assim unir todos os trabalhadores rurais e buscar que seja cumprida conforme a lei de as terras improdutivas serem doadas aquelas famílias que não tem onde morar e não tem como tirar seu próprio sustento. Sendo assim não havendo negociação, os movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores rurais continuarão na luta pela reforma agrária no Brasil.

## **CAPÍTULO 2 - Lutas pela terra no Brasil e a constituição do Assentamento Recanto da Esperança.**

Neste capítulo apresento uma breve leitura sobre a luta de terras no Brasil e a constituição do Assentamento Recanto da Esperança. A luta pela terra perpassa séculos, desde resistências quilombolas e indígenas em defesa de seus territórios, perpassando pela constituição das Ligas Camponesas até os distintos movimentos de luta pelo acesso à terra na atualidade.

O Brasil é um país marcado por desigualdades sociais, econômicas, políticas, e culturais com características distintas. Esta desigualdade está presente em todas as regiões do nosso país, estados e municípios. Tal situação é um impeditivo para uma boa qualidade de vida nos diferentes espaços da sociedade.

A luta pela terra é uma ação dos camponeses para buscar uma terra para morar, plantar e resistir contra a desigualdade daqueles que querem escravizar a nossa mão de obra de trabalhadores camponeses.

É Perceptivo a resistência dos camponeses aqui no Brasil, país marcado por histórias de exploração e desapropriação São povos que lutam por estar em cativeiro, por serem escravos e clamam pela liberdade dos povos que estavam sendo escravizados pelos reis, coronéis, grandes latifundiários que tinham a maior parte de terras em suas mãos.

Esses mesmos povos camponeses das mais variadas formas em diferentes espaços, constituíram diversos movimentos sociais. Podemos citar o movimento do cangaço até chegar ao Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), o movimento mais representativo da luta pela terra na atualidade.

Temos a questão de ocupação de terras pela reforma agrária como forma e espaço de resistência dos camponeses, a concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas por vários segmentos políticos, mas o sistema socioeconômico é o que está mais presente nesta questão política para a reforma agrária.

As lutas que estamos a desbravar é a favor da reforma agrária, onde todas os sujeitos do campo estão inseridos e a mostrar a sociedade e aos nossos governantes que nossa o projeto de reforma agrária seja implantado e que não haja discriminação, pois, nossa intenção é chamar a atenção de todas as autoridades e aos movimentos sociais que levante a nossa bandeira.

Mais que eu acho que o assentamento é de grande importância, porque é o agricultor ele vivi da agricultura, e vivi na zona rural, por isso vai engrandecer as pessoas que não tem terra e que quer trabalhar e precisa trabalhar para poder sustentar a sua família, porque é importante na minha vida, foi importante e está sendo importante na minha vida. E daí a gente começou a se organizar, os moradores, né, vizinhos, e os ex-funcionários, a gente fizemos várias reuniões para que a gente decide se uma data para gente invadir, mas infelizmente a gente combinou já começa a esse movimento no dia, um dia antes o MST fez o favor

de ir à nossa frente e ficar, e depois disso a gente não contou conversa não a gente foise uniu a eles, mas que o nosso movimento era o movimento Pacífico (LUCIA MORENA, 2019).

## **2.1 – Os sujeitos da pesquisa e suas participações nas lutas sociais.**

Neste tópico farei uma breve apresentação dos sujeitos da pesquisa destacando que estes são os responsáveis pela história do Assentamento. Descrevo os sujeitos entrevistados 02 (dois) homens, sendo que o senhor Neto Marrocos é um líder comunitário da época, o Senhor Zuzinha um ex-funcionário que exercia na época um cargo de motorista da Fazenda. Também a senhora Francisquinha que era ex-funcionária e exercia a função de cozinheira na fazenda, a outra senhora chamada Lucia Morena que teria seu companheiro como ex-funcionário e pôr fim a senhora Lucia Bebê, moradora da comunidade, funcionaria municipal da cidade e estava a somar forças com seus companheiros a buscar seus direitos não cumpridos pela administração da Fazenda São João. Estes sujeitos estavam na linha de frente desse processo de luta e conflito entre os arrendatários e o movimento de trabalhadores sem terra (MST).

1- Neto Marrocos – Manoel Marrocos Neri, nascido na comunidade de Alagoinha, 65 anos, moreno, casado, dois filhos, quatro netos, uma bisneta”. “Antes de vir para agricultura eu era comerciário, agora se encontro na comunidade de Alagoinha sou agricultor aposentado”. Uma liderança comunitária na comunidade ligada ao sindicato da lavoura. Casado e pai de um menino e uma menina, e mora na comunidade de Alagoinha ao redor da Fazenda São João. “Antes de vir para agricultura eu era comerciário, agora se encontro na comunidade de Alagoinha sou agricultor aposentado, renda familiar de um salário mínimo” (R\$ 998,00 Reais).

2- Lucia Morena - Maria Lucia Honorato Pereira, 58 anos de idade, cor negra, casada, 03(três) filhos, agricultora aposentada, e moradora da comunidade. “Sou da associação do sindicato rural da lavoura. Já morava, ao todo hoje já está com 28 anos que moro aqui. Sou mulher de um funcionário na época, e o meu esposo trabalhava na colheita e na produção e com renda familiar de um salário mínimo R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais)”.

3- Francisquinha - Francisca das Chagas de Amorim Barros, 56 anos, viúva, “tenho 01 (um) filho, sou agricultora aposentada e moro na comunidade e participo da Associação do Assentamento. Fui funcionária da fazenda e exercia a função de cozinheira e com renda familiar de um salário mínimo R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais)”.

4- Lucia Bebê - Maria Lucia da Rocha Neri, 61 anos, Branca, casada, dois filhos, profissão agente de saúde da prefeitura de Mossoró e com renda familiar de um salário mínimo R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais) e moro no assentamento Recanto da Esperança e participo da Associação.

Os/as entrevistados/as tiveram a oportunidade de narrar o que foi resgatado em suas memórias o processo de luta pela terra da Fazenda São João, e os diversos desafios que

vivenciaram. Os sujeitos entrevistados foram protagonistas da disputa de terras entre grandes latifundiários e ex-funcionários, com ajuda do MST. Todas as pessoas que participaram da pesquisa disponibilizaram a autorização da entrevista e a divulgação de seus nomes. Esse contexto de luta pela terra na comunidade de Alagoinha ganha contornos diferenciados uma vez que parte das pessoas que estavam na luta pelo acesso à terra não era de organizações sociais, eram apenas trabalhadores que estavam se mobilizando por seus direitos. Direitos esses que foram tirados a partir do fechamento da Fazenda São João. Os entrevistados que estavam à frente desta disputa passaram por momentos onde arriscaram suas próprias vidas para se defenderem e defender sua família e o direito que tinha de lutar pela terra da Fazenda São João.

Houve momentos das entrevistas onde eles relatam que os movimentos de trabalhadores sem-terra-MST estavam lutando pelo mesmo espaço, entre eles era tudo tranquilo e pacífico todos os diálogos, mas entre os arrendatários era muito diferente, pois eles usavam de violência, força e armas para com os ex-funcionários. O senhor de nome Julião e junto aos seus filhos causava medo na comunidade, por sua ignorância e por estarem sempre armados. Segundo o senhor Neto Marrocos relata em sua entrevista:

Na verdade o que houve naquela época era que a fazenda estava arrendada a ele e ele não queria perder entendeu? As condições que a fazenda estava oferecendo a ele enfim esse financeiro, ele procurou criar problema com a comunidade da gente, não procurou entender! Me jogar contra ele, houve problemas em termos de, de, de como se diz assim, problemas pessoais, onde ele me jurou de morte entendeu? Eu cheguei a colocá-lo na justiça por danos morais, cheguei a colocar ele na justiça por ameaça de morte, que eu tenho o documento, documento entendeu? Aqui, como ele foi proibido de conviver na comunidade a 500 metros de mim e eu para ele viu! Tudo isso foi coisa que eu me preocupei muito com a minha família, porque eu estava colocando a minha vida em risco pelo movimento. Esse senhor Julião, essa pessoa que eu citei o nome dele agora, que é o maior produtor de milho aqui da Lagoinha, viu! Ele sentiu na pele a grande produção que ele deixou, entendeu? De se beneficiar, e por causa disso ele de maneira nenhuma aceitava que eu, não como representante, mas sim como filho da comunidade tivesse a preocupação de passar para os ex-funcionários e também morador da comunidade que aqui pertence a ele, e não sou fazendeiro que arrendou (NETO MARROCOS, 2019).

Assim o resgate das memórias sobre o conflito, a violência que chegaram a passar e risco de morte que passaram tudo que aconteceu será resgatado em memórias, para se configurar a nossa história de luta e conquista para ter registro para as gerações que não presenciaram este processo de luta e para aqueles que devem dar maior valor ao que conquistou e a história e trajetória dessa conquista. As famílias que foram beneficiadas com suas casas e lotes, têm hoje de onde tirar seu próprio sustento, ter onde morar, trabalhar e criar seus animais, e também ter a chance de viver em paz e feliz no que é seu e foi conquistado pôr direito através de lutas e

não dada por políticos. Os sujeitos entrevistados narram seus medos e ameaças que sofreram, mas depois expressa que valeu à pena todo o sofrimento.

Outra vez quando a gente estava reunida que a gente já saiu da Casa Amarela, que a casa sede hoje, e que o MST estava ocupando e agente foi para debaixo de uma tamarineira, que é bastante velho este pé de tamarindo bastante extenso”. A gente fazia as reuniões lá. E então um dos arrendatários (Julião) da Fazenda veio nos confrontar, e neste dia foi muito emocionante porque teve uma militante mulher também que enfrentou este homem e até tiro nesse dia saiu. Eu sei que ele não tirou para atingir a gente não, eu tenho esse pensamento que ele não atirou para atingir, mas ele atirou para fazer medo, e fez medo sim (LÚCIA MORENA, 2019).

A senhora Lucia Morena relata em seus momentos de entrevista e resgata os momentos de terror que passou na época. No decorrer na entrevista, faz uma pausa, enche os olhos de lágrimas, respira e volta a falar. “Mas quando a gente fala a gente ainda tem medo, foi muito repugnante à decisão dele, que a terra não era nem dele, mas a gente enfrentou, bateu de frente, bate de frente com a arma a gente bateu, mas vencemos estamos aqui em paz. E não houve derramamento de sangue e nós estamos aqui!”.

É importante ressaltar a participação das mulheres neste conflito e luta na Fazenda São João. No decorrer da pesquisa foi percebendo que as mulheres que foram entrevistadas estavam na linha de frente deste conflito, onde as mesmas passavam o dia em barracas, acampadas na frente da Fazenda e seus maridos nesse momento estavam a procurar trabalhos para terem o que comer no final do dia para alimentar aqueles que ficaram no acampamento.

Muitas vezes vemos mulheres em seus lares a estarem a realizar trabalhos domésticos e a cuidar de seus filhos, mas neste conflito foi diferente, vimos mulheres fortes e guerreiras, que estavam adormecidas, caladas em sua casa, tudo que o sistema quer que aconteça, mas essas mulheres arregaçaram as mangas e foram à luta e de encontro com o conflito de disputar as terras da Fazenda São João com proprietários, arrendatários e com o MST.

[...] A mulher é uma guerreira, nesse movimento que a gente enfrentou, a mulher bateu de frente com certeza. E a gente sabe que os nossos maridos precisavam trabalhar para manter a família, enquanto nós mulheres durante o dia a gente era quem enfrentava e estava disposta a resolver o que vinha pela frente. Então os conflitos não aconteceram mais, no momento em que nós mulheres estava à frente, por isso que eu acho que todas nós mulheres do assentamento, nós somos umas guerreiras devido a isso. É também ainda continua, porque nós temos mulheres aqui que enfrenta o trabalho, trabalho braçal igual ao homem, mas que está levando a sua vida com perfeição, e com bastante luta mais gratificada. (LÚCIA MORENA, 2019).

O grupo de funcionários contava com 80 famílias que estavam a lutar por suas terras e pelo trabalho que perdeu com o fechamento da Fazenda São João. A luta não parou por aí, todos que

tiveram que esperar pelos trâmites da justiça, junto ao INCRA, e assim garantindo o nosso espaço e buscando provas que a terra estava improdutiva e que as partes fossem beneficiadas com as terras assim conquistadas.

Todos os entrevistados se orgulham de ter participado dessa luta de disputa por terras da Fazenda São João, como também não se arrepende de nada, pois fariam tudo novamente se possível.

É orgulho sim, me orgulho sim! Porque como eu penso e eu com as outras famílias, a gente morava é de favor no terreno dos outros, e que a gente não deixa de ser humilhada, dentro de tudo isso. Hoje a gente tem a casa da gente, a gente tem consciência de que a gente ainda vai pagar né, mas a gente tem a casa da gente, tem um lotezinho para a gente trabalhar, enquanto meu marido trabalhava no terreno dos outros e era meio nada, era de terça, de cada 03(três) saco tinha 01(um). E hoje o que agente planta é para casa mesmo. Por isso que me orgulho, me orgulho até porque, é às vezes meu marido diz assim que para mim é eu estou no céu! Eu digo a ele, estou sim! Eu me sinto no céu. E a vida que a gente leva hoje é bastante diferente, é melhor a que a gente vivia. (LUCIA MORENA, 2019).

Alguns desses relatos nos engrandecem a alma, por saber que as lutas não são em vão, por saber e entender que lutamos por igualdade e subsistência para todas as pessoas que moram no campo e são trabalhadores rurais, que estas pessoas são as famílias de ex-funcionários que foram os mais prejudicados com tamanha demissão.

As narrativas dos entrevistados nos fazem refletir que há uma grande parte de pessoas sem terra para morar e para plantar, e os nossos ex-funcionários estavam no meio dessas pessoas sem perspectiva de vida, sem que os órgãos se preocupassem com suas demissões, ou se iriam passar por alguma dificuldade. Nada importa nesta hora para aqueles que vivem do capitalismo, mas há movimentos que luta por essas pessoas.

Os órgãos competentes que vieram levantar esta bandeira a favor dos ex-funcionários foram o sindicato da lavoura, que sempre está pronto a lutar a favor do homem do campo e junto a ele veio também o MST que também buscava seu espaço com seu pessoal já aqui também acampado. A luta a favor desta terra foi só engrandecendo com os grupos que estavam a apoiar o movimento.

Para os ex-funcionários a soma de outros movimentos veio a fortalecer a luta pela terra e assim fazer com que os governantes viabilizassem nossa luta. Os ex-funcionários não tinham experiência alguma em formar ou busca estratégias de luta para entrar em conflito com os proprietários de terras, mas o MST tinha e foi aí que a luta teve outro formato.

Não querendo, mas sendo conveniente para os ex-funcionários que o MST ajudasse o movimento, foi que algumas pessoas que estavam à frente dos movimentos realizaram uma grande reunião e assim se fortaleceram para ir de encontro com os órgãos que poderiam ajudar a desapropriar a fazenda São João.

Ao observarmos toda a trajetória dos ex-funcionários e o MST a lutarem pela fazenda São João, cada sujeito com sua história a buscar pela conquista de terra e a esperar que as autoridades competentes vissem de qual lado seria o beneficiário e assim poderia por direito ter a garantia de moradia e terra para produzir seu próprio alimento.

No entanto, o preconceito contra os movimentos sociais que são perpetuados na sociedade, vistos como proporcionadores de desordem, gera contradições na própria apreensão dos/as que partilham de suas lutas. Mesmo com a parceria e com as ações concretas na luta por igualdade de acesso a terra há apreensões negativas sobre o MST por parte das pessoas entrevistadas, como veremos na fala abaixo. Segundo a Senhora Lucia morena diz:

Eles invadem, eles lutam com toda a agressividade, com ferramenta, com foice, machado e a gente eram pelo sindicato dos trabalhadores rurais e a gente ficou muito constrangida diante de todos eles, então dentro do movimento mesmo a gente fez uma reunião e a gente se dividiu, ficou parte do sindicato e ficou parte do MST, aí foi onde aconteceu todo conflito. Foi muito peito de nós que nunca fizemos movimentos e nunca participamos de movimento nenhum e enfrentar o MST que era o movimento forte e que já tem experiência, e era bastante conhecido no Brasil inteiro. (LUCIA MORENA, 2019).

Tal preconceito é reforçado e explicitado pela mídia que assim retrata o movimento do MST, apresentando suas lutas não como ocupação de terras improdutivas, mas como invasores da propriedade privada. De acordo com as narrativas, os ex-funcionários junto com o MST entraram em acordo em lutar pela fazenda, pois a mesma tinha muita terra e dava assim para dividir para todas as famílias que estavam a lutar por ela. A união dos dois movimentos foi positiva e assim foi conquistada a terra. Um lado da fazenda ficou para os ex-funcionários e o outro ficou para o MST. Vitória para todos os envolvidos e todos os ex-funcionários que teve a bravura e resistência de lutar até o fim.

Como Zuzinha (2019) diz:

Com certeza! Hoje eu tenho orgulho não! Hoje eu tenho prazer que a palavra orgulho é muito pesada. Hoje eu tenho prazer de está aqui representando a minha classe, que graças a Deus eu sou agricultor e tenho um prazer enorme de ser, e eu vejo companheiro assim como eu que se muito tinha uma casinha para morar, hoje for dono de casa cada qual, ser dono do seu pedaço de terra, ter algum lugar para plantar durante o inverno, tem aonde criar, então não tem orgulho maior.

## 2.2 - A história da Antiga Fazenda São João antes de se constituir em Assentamento:



Google.imagens.com.br

A história se passa em uma Fazenda que tem por nome Fazenda São João, localizada na comunidade de Alagoinha, a 20 km de distância da cidade de Mossoró/RN. Onde foi palco de uma disputa de luta de terras, entre proprietários, ex-funcionários, arrendatários, e o MST, todos em busca de uma terra.

Segundo histórias narradas pelos sujeitos entrevistados e moradores da comunidade de Alagoinha, a Antiga Fazenda São João teve como primeiro proprietário dessas terras o senhor chamado João, no ano de 1932. Pouco se sabe sobre ele, apenas que o mesmo morava nessas terras e era um grande fazendeiro, dono de muitos hectares de terra na comunidade.

Houve um determinado momento na vida de seu João, onde o mesmo se encontrava muito doente, de acordo com as narrativas, e para custear seu tratamento foi preciso vender toda a sua Fazenda. Todos esses relatos foram narrados por pessoas que conhecia seu João e que são moradores das comunidades vizinhas, que muitas das vezes trabalhavam na Fazenda São João, quando seu João precisava. Nota-se que são poucas informações sobre seu João, mas podemos perceber que ele sendo um grande fazendeiro não tinha outras fonte de renda uma vez que para custear seu tratamento de saúde, foi preciso vendê-las.

Continuando a narrativa sobre a fazenda, ao ser posta à venda seu comprador seria o senhor médico Pediatra Tarcísio de Vasconcelos Maia, natural de Brejo do Cruz, no sertão paraibano na microrregião de Catolé do Rocha-PB. Uma pessoa ilustre na época, que pertencia a uma Família que tinha grande influência na área da política, com grande poder aquisitivo em todo o estado da Paraíba.

A Fazenda São João passa a ser a São João Agroindústria no ano de 1960, junto com a Agroindústria S/A Maísa, próxima a nossa comunidade também, onde vários moradores das comunidades vizinhas também trabalhavam em seus espaços, e sua fonte de produção era criação de gado, lavoura e frutífera de caju.

A Fazenda São João esteve voltada para um grande empreendimento do agronegócio, pois suas instalações era palco de uma empresa de fruticultura e agropecuária.

[...] O desenvolvimento da fruticultura irrigada no Vale do Apodi-Mossoró se deu com base na atuação inicial de duas grandes empresas instaladas na região no final dos anos 1960: a Mossoró Agroindustrial S/A (MAISA) e a São João Agroindustrial (Fazenda São João), ambas dedicadas à criação de gado e ao cultivo de lavouras de sequeiro, com destaque para o caju. (REVISTA FORMAÇÃO, 2016, p.62,)

Diante da pesquisa e publicação a Fazenda São João está inserida em um grande patrimônio, voltado para agricultura e o agronegócio com exportação também para outros países. Era um grande império construído em uma comunidade rural de difícil acesso e com uma vasta mão de obra a ser explorada.

A fazenda, como área agroindustrial estava se estendendo para outras regiões; O proprietário a cada dia aumentava seu patrimônio e sua visão para os negócios estava dando bons resultados. Suas terras eram muito férteis, seus lençóis de água a jorrar e assim sua produção crescia.

Com o falecimento do Senhor Doutor Tarcísio Maia, os seus filhos (José Agripino de Vasconcelos Maia e Angelina Mariz Maia) ficaram responsáveis pela administração da Fazenda São João e a grande extensão de hectares de terras também, não só na comunidade de Alagoinha, mas nas demais localidades vizinhas e região.

Há relatos nas entrevistas que, com o falecimento do Senhor Doutor Tarcísio Maia, a empresa começou a passar por algumas crises, pois os filhos do Senhor Doutor Tarcísio que estavam à frente da administração, passou a função de administrar a Fazenda para terceiros, pois os mesmos tinham um cargo político na bancada federal do Brasil e por isso não poderia e não teria tempo para administrar a mesma.

Trago aqui um relato do Senhor Zuzinha a respeito das dificuldades ou a situação financeira da fazenda naquela época.

A gente tivemos uma grande dificuldade na hora, no momento eu até imaginei assim, porque eu já me sentia trabalhando na empresa eu me senti em casa, na verdade para a gente e não só para mim, mas para os outros companheiros foi um grande choque e naquele momento quando disseram assim, companheiro Netinho que era o chefe mecânico da gente do setor mecânico fez a reunião, e que relatou o que aconteceu que a fazenda ia fechar as portas a gente bateu uma tristeza e ficou aguardando o que ia acontecer. Eu acredito que tenha sido outros interesses

financeiro do dono, já que é político! O Senhor José Agripino Maia, como também tinha filho político, e como todo mundo sabe que tem uma empresa de gasolina de aeronave né. E aí eu acredito que isso foi quem levou ele já tomar outro destino. Você tem uma ideia ele fechou as portas, mas aqui no aeroporto próximo ao aeroporto ali Atacadão ali, na universidade né, tem uma grande área ainda que pertenceu a zé Agripino. (ZUZINHA, 2019).

Foi então que a Fazenda teve de decretar falência no ano de 2003, e junto veio as demissões em massa de todos os funcionários que eram moradores da comunidade em torno da Fazenda São João. E enquanto a Fazenda estava sem funcionar com suas atividades paralisadas, alguns arrendatários estavam a gerenciar a Fazenda São João e com isso estas mesmas terras estavam a servir de pasto para alimentar seus animais. Assim, a fazenda foi se constituindo como um grande latifúndio improdutivo, onde sua vasta área de terra que nada produz.

### 2.3 - Da Fazenda São João a um projeto de Assentamento:



Google. imgsens.com. br

Neste tópico contarei a história da constituição do Assentamento da Esperança, junto com as narrativas e resgates de memórias dos sujeitos entrevistados nesse processo de luta pela terra.

Diante das histórias contadas e narradas pelos entrevistados, a fazenda foi palco de disputa entre o dono da Fazenda, arrendatários, ex-funcionários e MST. Então um grande problema foi gerado em torno desta Fazenda e das várias dificuldades que os ex-funcionários estavam passando e vivendo naquele momento.

Como pode uma grande fazenda produtiva de uma hora para outra vir a decretar falência, sem se preocupar com a grande quantidade de pessoas a trabalhar e que sustentavam suas famílias com este emprego.

Todas as entrevistas expressam indignação com a forma como o processo de decretar falência foi feito. Apontam que demissões foram injustas, bem como a falta de diálogo e explicações pelo ocorrido.

As narrativas dos entrevistados apontam para o fato de que depois das demissões houve muitas dificuldades financeiras por parte dos ex-funcionários, pois a única fonte de renda da comunidade era esta Fazenda e a mais próxima seria a Maísa que também teve o mesmo final de falência.

Trago aqui recortes de jornais da época, onde destaca as seguintes manchetes de jornais que falam das manifestações, ocupações e lutas de todos os envolvidos neste processo. Mas o que aconteceu mesmo nas entrelinhas desta história, só as narrativas dos sujeitos e a veracidade de cada história a ser contada.



Portanto considerando a importância da pesquisa e as narrativas dos entrevistados neste processo de luta pela Fazenda São João e a constituição do Assentamento Recanto da Esperança, trago questões abordadas aqui abaixo.

O senhor Manoel Marrocos Neri, era uma liderança da comunidade e filho da terra, e percebendo as necessidades dos ex-funcionários e moradores da comunidade que não estava muito boa, pela perda repentina de seus trabalhos na Fazenda São João, conduziu os ex-funcionários a realizar esta ocupação em busca de seus direitos.

O senhor Neto Marrocos diz:

Estamos aqui desde 2005. Nós ocupamos a fazenda em 2003, passamos, passamos dois anos, é a ocupar a fazenda e depois que foi feito o cadastro, aí nós fomos selecionados. É justamente, eu sempre morei na comunidade de Alagoinha, nasci em 1953, entendeu, passei um tempo em Mossoró para estudar, depois voltei em 81 para cá, e de 81 para cá não sai mais da comunidade não. Meu pai nos falava em rodas de conversa que na verdade o primeiro proprietário desta Fazenda é, se chamasse “Valdemar”, nos anos de 1932 mais ou menos, depois disso fiquei sabendo pelos meus pais que são os mais velhos aqui, e quem comprou essa propriedade foi o pessoal da “Paula Irmão”. Alcides Paula é o pai dele que era o verdadeiro proprietário da Fazenda. Nunca trabalhei na Fazenda São João, entendeu, apenas morei na comunidade da Lagoinha, agora quem trabalhou até na fazenda São João na época foi meu pai, meu pai chegou aqui com os fundadores na época, ele trabalha aqui na agricultura para os fundadores da Fazenda dos Paulo. Bem, quando a fazenda foi comprada pelo grupo do ex-governador Tarcísio Maia, viu, nos anos 90 ele tinha aproximadamente uns 300 funcionários a fazenda sempre deu emprego ao pessoal da zona rural quando realmente pertencia ao ex-governador do Estado Dr. Tarcísio Maia. Na época a fazenda São João ela era produtora somente de melão e milho, era milho para o consumo animal do proprietário, e os melões para exportação. Na verdade, o gerente da fazenda São João na época do doutor Tarcísio era o senhor chamado Márcio Otoch, um japonês. Depois que ele saiu veio um técnico agrícola da, aliás, técnico, um agrônomo chamado Hélio, aqui da cidade do interior, no momento eu esqueço, não dá não, é Apodi, não é aqui para a banda de Caraúbas, eu esqueço o nome da comunidade. Depois de Márcio Otoch ficou Hélio, ele ficou com o gerente, depois Hélio saiu e tem que terminou realmente de quando for para fechar a fazenda quem ficou foi Alfredo, um senhor aqui da comunidade de Alagoinha. Justamente na época quando a Fazenda foi fechada o que eles alegaram, o que eles alegaram os proprietários era grande dívida no banco do Brasil, que era ajustamento onde eles arrecadavam os dinheiros para investir no agronegócio, pois pronto. Devido as dívidas no banco, foi obrigado um dos donos, entendeu? Abandonar o plantio e a fazenda ficou aí disposta a arrendatário, onde eles arrendaram a fazenda e nós como moradores da comunidade e muito das pessoas que moram aqui era um ex-funcionário, entendeu? Não achamos, achamos por bem, entendeu? A ocupar Fazenda juntamente com o sindicato da lavoura. E antes disso o pessoal do movimento sem-terra que estava instalado da Maísa, vieram e ocupada Fazenda numa sexta-feira à noite, e quando foi no sábado de manhã, a fazenda se encontrava ocupada em 2003. As demissões realmente na época era o quê? Era o custo que a fazenda tinha com os ex-funcionários, eles não tinham como manter o produto que eles portavam não tinha preço e começou a surgir outras fazendo a redor da

comunidade entendeu? Aí foi o jeito a fazenda estava devendo demais Doutor Tarcísio não tinha mais como manter os empregados achou por bem ficar só com uma fazenda que era São João da Barrinha e depois também fechou a fazenda São João da Barrinha e o MST ocupa Fazenda Barrinha. Depois dessa, depois aqui foi ocupada, a primeira foi o da Barrinha.

As narrativas de seu Neto Marrocos estão um pouco distorcidas de outras narrativas de entrevistados, onde ele fala que o pai dele teria relatado em vida que o antigo proprietário da fazenda não era João como foi mencionado o nome de Valdemar. Como não temos registro do nome completo do seu João, é pouco provável afirmar tal nome por completo. Difícil agora constatar, pois o pai do senhor neto já está falecido e não posso ter a veracidade dessa memória narrada e assim contada.

As narrativas do senhor Zuzinha, que era um dos funcionários da Agroindústria, conheceu seus fundadores, e os arrendatários, esteve presente entorno das negociações, como também teve diálogos com o MST. Suas narrativas são de grande importância para nossa história de luta e para a pesquisa em geral. O senhor Zuzinha buscou em suas memórias toda sua trajetória enquanto ex-funcionário da fazenda São João e narrou o que viveu o que lutou e o que conquistou.

Na verdade eu fui funcionário da Fazenda São João por 15 (quinze) anos, é lembro essa propriedade quando foi comprada por Doutor Tarcísio Maia, em 84 (oitenta e quatro). E quando iniciou a plantação de melão em 86 (oitenta e seis) eu estava aqui, me ausentei por 2 (dois) anos, voltei em seguida e fiquei até ela fechasse as porteiças como se diz. Na verdade a gente tivemos aqui uma queda de braço com o MST, mas graças a Deus a gente tivemos assim organização muito forte porque a gente era ex-funcionário e a gente tinha uma organização juntamente com o sindicato preservando que a gente verdadeiramente fosse dessa área até porque todos nós era ex-funcionários hoje aqui temos 80 (oitenta) assentar. Agente ficou aguardando o que acontecer depois do fechamento da Fazenda! Inseguida veio uma ocupação ali na Maisa, né do MST, e aí a gente se organizamos aqui os trabalhadores e batendo de frente com o MST. Como o MST ele viu uma organização, uma união muito forte da gente ex-funcionário, eles acharam por bem se afastar e dá espaço para gente e ficaram na outra fazenda.

Contudo este processo de disputa trouxe algumas lideranças locais para unir foças a favor dos ex-funcionários para ajudar aqueles que foram demitidos injustamente por interesse político do proprietário da Fazenda, como também as dificuldades que os ex-funcionários estavam a passar com suas famílias.



Imagem cedida pelo Senhor Neto Marrocos.

Nesta imagem segundo narrativas do Senhor Neto Marrocos, “é a chegada dos homens no fim da tarde para revezar o turno da noite com suas companheiras, onde as mesmas iram descansar, pois o dia foi longo e o dia seguinte continua a batalha”.

O grupo de mulheres esteve envolvida direta nesse processo de luta pelas terras e suas participações fizeram a total diferença. Suas preocupações enquanto mulheres, mães e avós, em busca de sua terra e melhoria para suas famílias.

Como descrevi que há relatos de mulheres que foram importantes e que enfrentaram de tudo neste conflito pela terra. Na a maior parte do dia eram elas que estavam a frente, pois seus maridos estavam nesse horário da manhã buscando alguma diária ou até mesmo caçando para ter algo para comer no almoço.

Foram muitas as dificuldades, porque ele [esposo] ficou desempregado e na época os outros projetos também né já estavam também demitindo as outras pessoas já estão fechando, não era nem praticamente demitindo, era fechando e deixando de plantar. E ele ficou trabalhando avulso né, dia alugado aqui, outro acolá e isso dificultou a nossa vida economicamente. (LUCIA MORENA, 2019).

É, ficou difícil porque se a gente trabalhava na fazenda nossa fonte de renda a gente tirava de dentro da Fazenda é ficou difícil para nós. E aí foi quando a gente

junto com o sindicato a gente começou a lutar pelas terras. Estava-se endividada e enquanto isso Zé Agripino doido para se livrar das fazendas porque, por conta das dívidas que estava muito alta. (FRANCISQUINHA, 2019).

Eu participe junto com as outras mulheres a gente tem um grupo de mulheres porque as mulheres é que estava mais à frente da luta, porque os homens iam trabalhar e a gente fazer um revezamento tinha umas que vinha pela manhã e outras pela tarde, como eu trabalhava eu só vim pela tarde viu, mas participei. A gente era muito engajada todo mundo era só em prol de uma coisa só entendeu sempre buscando as terras. (LUCIA BEBÊ, 2019).

Segundo as narrativas dos/as entrevistados/as, neste processo de falência não houve sequer uma conversa ente os proprietários e os funcionários. Jamais esses ex-funcionários imaginariam que essa indústria que abastecia o agronegócio iria falir, ou fechar suas portas. Ela era a referência de trabalho na comunidade e espaço no qual as pessoas poderiam tirar o sustento de suas famílias.

Assim os ex-funcionários e liderança local começaram a se organizarem para ocupar a fazenda. Os ex-funcionários não tinham noção do tamanho da luta que estava por vir. Nunca tinham participado de nenhum movimento ou disputa de terras. Todos com muito medo e receio de sofrer alguma represália. Para as mulheres o desafio era ainda maior, por isso elas falam com mais ênfase sobre os obstáculos e o orgulho em ter vivenciado tais experiências.

A mulher é uma guerreira, nesse movimento que a gente enfrentou, a mulher bateu de frente com certeza. E a gente sabe que os nossos maridos precisavam de trabalhar para manter a família, enquanto nós mulheres durante o dia a gente era quem enfrentava e estava disposta a resolver o que vinha pela frente. Então os conflitos não aconteceram mais, no momento em que nós mulheres estava à frente, por isso que eu acho que todas nós mulheres do assentamento, nós somos umas guerreiras devido a isso. E também ainda continua, porque nós temos mulheres aqui que enfrenta o trabalho, trabalho braçal igual ao homem, mas que está levando a sua vida com perfeição, e com bastante luta mais gratificada (LUCIA MORENA, 2019).

Diante desta narrativa essas mulheres estavam a lutar por suas famílias. A luta das mulheres é uma quebra de paradigma de preconceito que há em nossa sociedade. Há também um grande preconceito no campo, onde as mulheres não podem estar à frente de qualquer trabalho que seja fora, ou ser seu marido.

Tivemos uma grande evolução a partir das lutas dos movimentos sociais, mas essas mulheres esposas desses ex-funcionários tiveram que lidar com esse preconceito, assim mostrando a todos os homens e até mesmos aos seus maridos que elas eram importantes para esse processo de luta pela fazenda São João.

Continuando a narrativa das lutas protagonizadas por homens e mulheres da comunidade. De acordo com os entrevistados o processo de ocupação se deu depois de uma reunião entre os ex-funcionários e a liderança comunitária da comunidade. Tendo em vista que as notícias já corriam e que o movimento de trabalhadores sem-terra já estava sabendo do fechamento da fazenda e estavam a organizar uma estratégia para ocupar a fazenda bem antes dos ex-funcionários da fazenda São João.

De acordo com os entrevistados a busca por seu espaço e seu trabalho estava além de lutas mais amplas, seria uma busca de realização de um sonho, seria a garantia para sua sobrevivência.

As evidências de conflitos mostram que a desigualdade social no campo é bem maior que se espera, por ser um espaço que todos acham de atraso, mas há nesses espaços pessoas que lutam que querem ser valorizadas por serem elas mesmas. Pois o campo é espaço que as pessoas plantam para tirar seu próprio sustento e de toda a sua família.

Agora vou descrever uma narrativa de violência que foi praticada com os ex-funcionários e um arrendatário desta fazenda. Zuzinha aborda um momento de violência nesta disputa de terra da Fazenda São João.

Teve empresário/arrendatário que chegou até derrubar a barraca da gente, atirar por cima da barraca da gente, a gente ainda teve que ir para delegacia, mas tudo isso é gente muito Pacífico porque a gente tinha a certeza, que a gente tinha o direito de ficar nesse setor já que nós éramos ex-funcionário, portanto mantém calma e fé em Deus que pela organização nós vencemos ele (ZUZINHA, 2019).

É um absurdo ver que em pleno século XXI, ainda existe violência praticada por grandes empresários para assim proteger suas terras, a quem se atrever contrariar seus proposito. Por isso que acontecem os conflitos e que a violência predomina.

Conquistas são para as pessoas que não tem onde morar e lutam por uma terra que esteja improdutiva e que neste mesmo espaço possam realizar seus sonhos e assim se beneficiar com o que produzir o desenvolvimento econômico dessas famílias cresceu e se fortaleceu com a agricultura familiar aqui na nossa comunidade, após a conquista da terra. Muitas delas não plantavam, pois não tinha seu próprio espaço para produzir.

A Gente não trabalhava com hortaliças não, não comercializamos! Mas a gente planta para o nosso consumo, a gente planta para nosso consumo e atendo mais a gente usa os quintais como fruteiras, a gente também usa na nossa alimentação de hortaliças, e frutas como banana, mamão, graviola. Tudo isso cultivada nos quintais, isso é uma renda a mais e para o nosso consumo diário, tudo que agente produz a gente não compra, então é isso que acredito

que foi uma conquista e foi, é um rendimento a mais e um benefício para a nossa família.(LUCIA MORENA, 2019).

O direito a terra trouxe para as famílias uma maior autonomia para desenvolver em seus quintais produtivos de grande riqueza alimentar, trazendo assim uma alimentação mais saudável a todos os beneficiários que conquistaram suas terras e estabelecendo seu desenvolvimento econômico sustentável. Os sujeitos entrevistados, como também as famílias que aqui estão, relatam que antes eles estavam sem percepção de vida, sem trabalho, sem-terra, tudo estava muito difícil. Mas hoje ao conquistar seu espaço e constituir Assentamento Recanto da Esperança, suas vidas foram renovadas e mudaram para melhor. Há famílias aqui no nosso assentamento tem grandes projetos de frutas e que abastece sua mesa, mas também o comércio local da cidade e região.

Eu confirmo sim! Porque tem muitas pessoas, muitas pessoas que tem é projetos aqui de melancia e tomate, têm vários, vários plantios dentro dos lotes e a gente também tem uma área coletiva de que a gente trabalha nessa área coletiva com plantios de frutas que são comercializadas, isso aí é a renda para a família, uma renda que eles vivem daquilo ali, eu confirmo (LUCIA MORENA, 2019).

O projeto de Assentamento é um benefício positivo para a comunidade, pois ela trouxe um grande conforto a todas as famílias que não tinham onde morar e com as demissões muitos estavam à mercê da miséria e pobreza absoluta, e com o projeto de assentamento implantado na comunidade, trouxe para esses familiares o descanso necessário e um benefício para toda uma vida.

Para os grandes latifundiários o processo de reforma agrária pode ser negativo, mais para os trabalhadores rurais e o MST que lutam em busca de igualdade social é positivo. O programa que assiste as pessoas do campo traz benefícios tanto para o campo quanto a cidade e com tudo uma melhor qualidade de vida para todos. Os alimentos produzidos em quintais junto com a agricultura familiar vêm a engrandecer comércio local e assim abastecer mesas de famílias beneficiadas com o projeto de Assentamento. Como também os homens e pais de famílias vêm realizar grandes projetos agrícolas em seus lotes e produzir fruticultura para abastecer o comércio e com isso tirar o sustento de sua família.

Considerando todas as narrativas dos entrevistados e o resgate de suas memórias como uma forma de reviver todo o processo de luta pela fazenda pôde conhecer uma luta conjunta, onde todos estavam engajados na busca de garantir seu espaço de pertencimento, conquistando sua terra e abrindo caminhos para uma boa socialização e inclusão social para todos que vivem no campo e

para o campo. E assim o projeto de Assentamento Recanto da Esperança é hoje a melhor coisa que aconteceu para a comunidade, para os agricultores/as que aqui vivem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou entender os conflitos de disputa de terras da Fazenda São João, por meio do resgate de memórias dos entrevistados que foram protagonistas dessa luta de disputa entre grandes latifundiários, arrendatários e ex-funcionários da Fazenda São João.

A pesquisa nos possibilitou conhecer a história da Fazenda São João/RN, e o porquê do seu abandono e desapropriação, bem como a constituição do projeto de Assentamento Recanto da Esperança. As famílias que foram beneficiadas receberam suas casas e lotes, tiveram um bom desenvolvimento econômico e social na comunidade no geral.

Toda pesquisa que é comprometida com a realidade social sempre é necessária, esta não poderia ser diferente. Portanto com o término desta pesquisa, neste processo de luta pelas terras da Fazenda São João, conforme as narrativas dos entrevistadores e o resgate das memórias dos agricultores/as que protagonizaram esta luta considero que diante de todas as conquistas o Projeto de Assentamento Recanto da Esperança tem um bom desenvolvimento econômico, social e político. O assentamento é um lugar que trouxe de volta aos agricultores/as uma nova chance de serem felizes e buscar a esperança e o direito de ter uma melhor qualidade de vida e cidadania para todos que vivem do campo e para o campo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro**. Petrópolis/RJ: ed.Vozes, 1973.

BORGES, F. C. Origens históricas da propriedade da terra–1958. In: STEDILE, João Pedro. (org). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARDOSO, Lucimeire de Fátima, 1979-**A luta pela terra e na terra: desafios e perspectivas do cooperativismo** -Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG) / Lucimeire de Fátima Cardoso. -- 2012.

CARVALHO, Horácio, Martins, **Governo lula e a contrarreforma agrária**; 2003.

CASTRO, Clovis Alexandre, **ESTRUTURA AGRÁRIA E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO**, Cadernos CIMEAC – v. 8, n. 1, 2018. ISSN 2178-9770 UFTM | Uberaba – MG, Brasil.

COSTA, Ruivo Rosana - PARANÁ – **A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E OS MECANISMOS DE APROPRIAÇÃO DA TERRA COMO ELEMENTOS GERADORES DE CONFLITOS AGRÁRIOS 1**.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

REVISTA Formação, n.23, volume 1, 2016, p. 62 - 91 , **CONSTITUIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA FRUTICULTURA IRRIGADA NO BAIXO-AÇU E NO VALE DO APODI-MOSSORÓ-RN – BRASIL** Antonio Nivaldo HESPANHOL Docente do Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente e pesquisador do CNPq nivaldo@fct.unesp.br)Edição Especial.

SILVA, David Pimentel Oliveira **A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a luta pela terra no nordeste: contribuição ao estudo sobre o movimento camponês no Brasil** / David Pimentel Oliveira Silva; orientador Marco Antônio Mitidieri Jr.. – São Cristóvão, 2014.  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_Eusébio\\_de\\_Queirós](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Eusébio_de_Queirós): site acessado dia: 20/11/2019 as 23:30hs.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil. In: Anuário do museu imperial. Petrópolis, 1948.

[wikipedia.org/wiki/Instituto\\_Nacional\\_de\\_Coloniza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_Reforma\\_Agr%C3%A1ria](https://wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Coloniza%C3%A7%C3%A3o_e_Reforma_Agr%C3%A1ria): site acessado dia 20/11/2019 as 00:20hs.

## **APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **TEMA: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO ASSENTAMENTO RECANTO DA ESPERANÇA**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TCC II.**

##### **1- Identificação do entrevistado:**

Nome Completo:

Idade:

Sexo:

Raça:

Situação conjugal:

Filhos ( )Sim ( )Não.

Se sim, quantos?

Profissão:

Renda Individual:

Renda Familiar:

Local de Moradia:

Participa de alguma Organização Política? (Sindicato, Associação, Movimento social, ou Partido Político). Se sim, há quanto tempo?

##### **2 - Conhecendo a história da Fazenda São João:**

Há quanto tempo você mora na comunidade Assentamento Recanto da Esperança?

Você já morava na comunidade antes da constituição do Assentamento?

Conhece os Fundadores/origem da Fazenda São João?

Já trabalhou na Fazenda no período em que a mesma estava ativada?

Qual era a sua função?

Por quanto tempo trabalhou?

seu trabalho era remunerado? ( ) Sim ( ) Não. De que forma era a remuneração?

A fazenda tinha muitos funcionários?

Quem eram os beneficiários dessa Fazenda São João?

Eles eram moradores da região?

Que tipo de produto a fazenda produzia?

quem era a pessoa que estava à frente dos interesses da Fazenda São João?

A fazenda passava por alguma dificuldade?

Há relatos de diversas demissões de funcionários. Você poderia explicar qual o motivo das demissões dos funcionários?

Para quem trabalhava na fazenda, como você e sua família se organizaram diante desta situação? E quais as principais dificuldades após as demissões?

### **3 - Da fazenda São João ao Assentamento Recanto da Esperança:**

Você participou do processo de luta da terra da Fazenda São João? ( ) Sim ( ) Não. Relate como foi esse conflito.

Houve alguma forma de violência nesse conflito de luta pela Fazenda São João?

( ) Sim ( ) Não. Relate o que houve.

A conquista da Fazenda trouxe algum benefício para sua família?

Quais foram as organizações que ajudaram nesse processo e o que foi feito?

Você confirma se houve desenvolvimento econômico das famílias beneficiadas com este Projeto de Assentamento Recanto da Esperança?

Você se orgulha por ter feito parte desse processo de luta de terra? ( ) Sim ( ) Não. E porque?

Você se considera um militante, que busca a lutar por igualdade social? Porque?

Como considera a importância dos Assentamentos rurais para os trabalhadores rurais sem terra?

Você tem algo a acrescentar em sua participação no processo de luta pela terra do projeto de Assentamento Recanto da Esperança?

Obrigada pela Entrevista!!